



Utentes de Instituições de Solidariedade Social

Uma abordagem à Pobreza nesta população

Relatório Síntese

Breve nota metodológica

Este estudo foi desenvolvido numa parceria entre o Banco Alimentar, Associação Entrajuda e a Universidade Católica Portuguesa, pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião.

O principal objectivo que norteia esta pesquisa é o de conhecer globalmente a realidade dos utentes que recorrem às instituições de solidariedade social. Trata-se de um estudo exploratório em que se procura conhecer os vários modos de vida, as diferentes dificuldades sentidas, os vários comportamentos de consumo e as condições em que as pessoas que recorrem a instituições vivem. Não procura tratar de forma exaustiva nenhuma das dimensões da pobreza, mas sim dar uma visão geral das vivências, de forma a poder, futuramente, aprofundar conhecimento sobre cada uma das áreas. Sendo assim, não é objectivo quantificar ou caracterizar as situações de pobreza na população Portuguesa.

O período de recolha dos dados foi de Junho a Outubro de 2010. A amostra deste estudo é constituída por 4691 utentes, provenientes 557 instituições de solidariedade social, distribuídos pelos 18 distritos de Portugal Continental e pelas Região Autónoma da Madeira e dos Açores.

Amostra

A amostra recolhida é constituída essencialmente por mulheres (75%). A elevada percentagem de mulheres, particularmente entre esta população que recorre a instituições de solidariedade social, pode dever-se ao facto de serem as mulheres que, dentro do agregado familiar, mais se dirigem às instituições a pedir ajuda.

Relativamente à idade, tendo em conta que os lares de idosos ou centros de dia são uma parcela grande do conjunto de instituições de solidariedade social em Portugal, a amostra recolhida é muito envelhecida. A média das idades dos inquiridos é aproximadamente de 61 anos, e 50% dos indivíduos desta amostra possui mais de 64 anos. Esta variável da idade foi recodificada em quatro categorias cuja distribuição se pode ver a seguir.

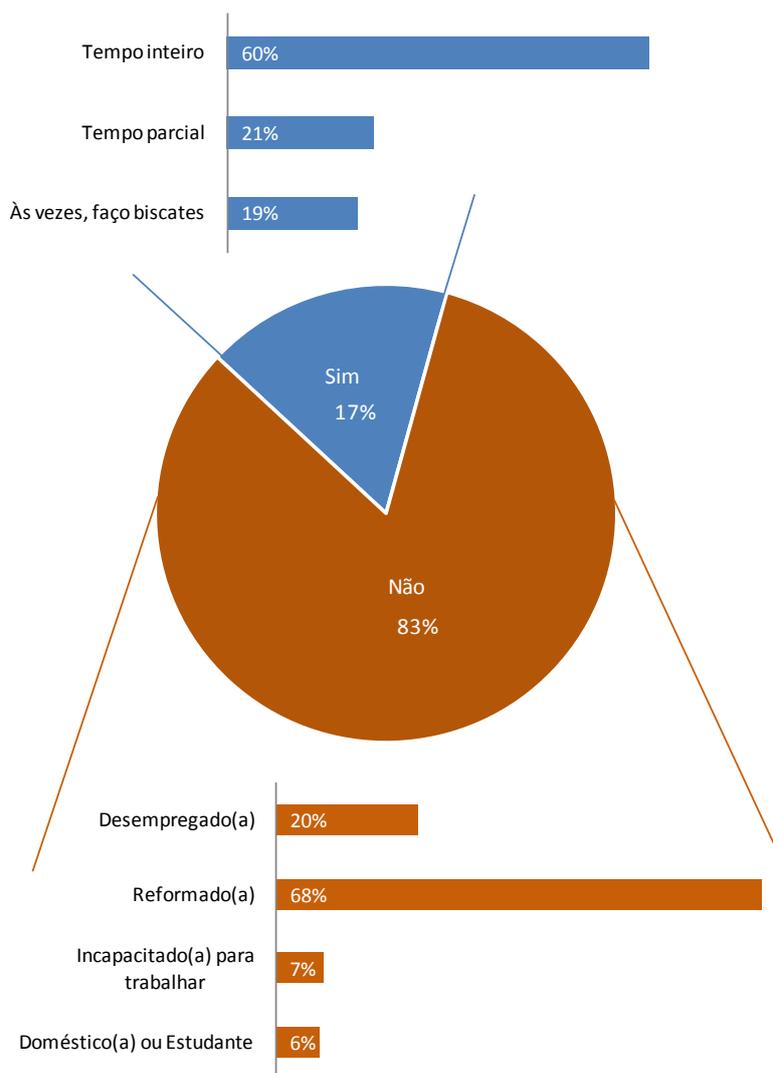
A nossa amostra é constituída por 93% de indivíduos de nacionalidade portuguesa, sendo que as restantes nacionalidades aparecem sempre em valor menor do que 2%.

Como seria de esperar, dado o envelhecimento da nossa amostra, 32% dos inquiridos são viúvos e 29% são casados.

No que toca à escolaridade dos inquiridos, a grande fatia dos inquiridos possui a 4ª Classe antiga ou o 1º Ciclo do Ensino Básico, sendo que 34% da amostra não tem qualquer instrução.

A situação laboral dos indivíduos é um dos factores mais importantes quando se aborda a problemática da pobreza. Apenas 17% dos inquiridos referiram trabalhar.

Figura 1- Situação laboral dos respondentes



Entre os 17% que trabalham, cerca de 60% fazem-no a tempo inteiro, 21% a tempo parcial e 19% apenas trabalham de vez em quando, desempenhando os chamados biscates, comuns neste tipo de população carenciada. Os utentes com maior envolvimento com o trabalho (Tempo inteiro) têm maior grau de escolaridade. O estudo revela que a escolaridade representa um aumento importante nas condições de trabalho dos indivíduos e na sua situação laboral.

Relativamente àqueles que não trabalham, 20% são desempregados. Não contabilizando os indivíduos reformados, no total daqueles que não trabalham, existem 61% de indivíduos que estão em situação de desemprego. Entre os desempregados, 76% dos indivíduos refere que está nesta situação há mais de um ano. Entre os desempregados, a percentagem de pessoas com instrução mínima ou nenhuma (48%) é superior em relação aos que trabalham (38%). 86% do total de respondentes, indica que existem 1 ou 2 pessoas desempregadas no agregado familiar.

Situação Económica

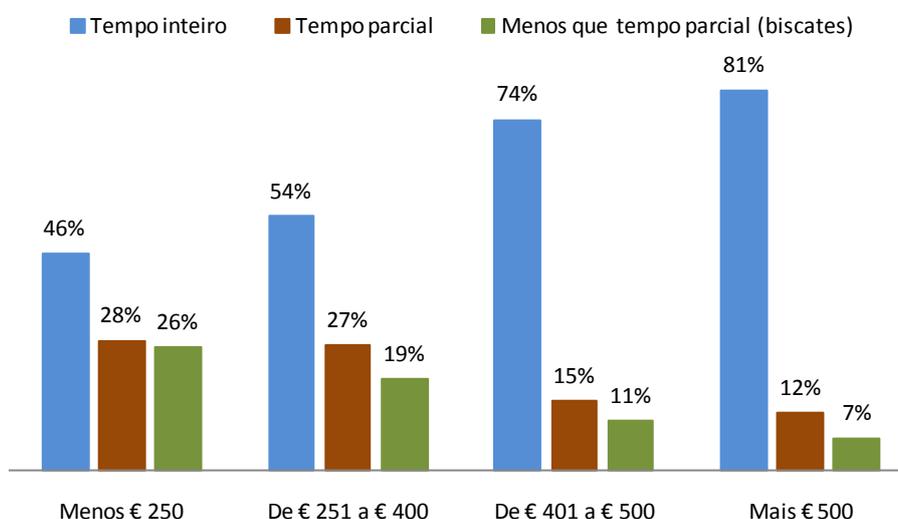
Cerca de metade dos inquiridos ficam com menos de 250€ para viver durante o mês e cerca de 90% têm rendimentos líquidos abaixo (ou a rondar o) do ordenado mínimo nacional.

Os indivíduos com menores rendimentos caracterizam-se por uma escolaridade mais baixa, por uma idade mais avançada e por uma pertença a agregados familiares menores. Entre os inquiridos que ficam com menos de 250€ por mês, cerca de 80% possui até à 4ª classe; entre aqueles que ficam com 500€ ou mais por mês, cerca de 50% possui um nível de instrução superior ao 2º ciclo do ensino básico. São os respondentes mais velhos aqueles que dispõem de menores rendimentos.

A grande maioria dos inquiridos encontra-se a receber reformas/pensões (60%) ou outro tipo de subsídios sociais (50%). Apenas 19% refere que o seu rendimento provém do trabalho.

É entre aqueles que trabalham a tempo inteiro que os rendimentos são mais elevados: cerca de 81% dos inquiridos que auferem mais de 500€ têm um emprego a tempo inteiro.

Gráfico 1- Rendimento disponível por tipo de trabalho desempenhado



O meio de subsistência dos inquiridos idosos (com mais de 65 anos) provém da reforma/pensão (97%). Entre os indivíduos cujos rendimentos provêm do trabalho, têm maioritariamente idades até aos 40 anos. O Rendimento Social de Inserção é outro subsídio com expressão forte nos escalões mais jovens de inquiridos.

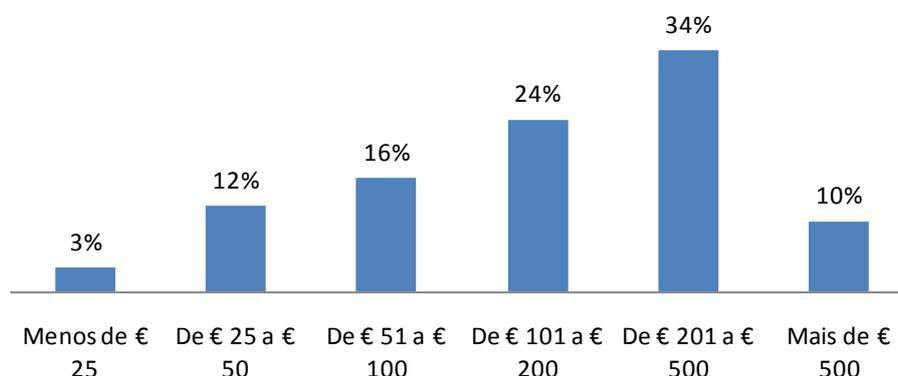
É entre os dois escalões de rendimentos mais baixos que se encontram maioritariamente os respondentes que recebem pensões/reformas; nos dois escalões de rendimentos mais altos destacam-se os respondentes cujo rendimento provém do trabalho (e que recebem abono de família). Os níveis de rendimento mais baixos correspondem aos inquiridos mais velhos, cujos rendimentos provêm de reformas. Os níveis de rendimento mais altos correspondem a inquiridos mais jovens, à população activa, cujos rendimentos provêm do seu trabalho (quando existe), complementados com outros subsídios sociais.

As despesas com alimentação (72%) e as despesas com a casa (69%) são aquelas onde os inquiridos dizem gastar mais dinheiro, seguido dos gastos com médicos e medicamentos (35%). Os gastos com vestuário e calçado ou outros empréstimos apresentam valores abaixo dos 10%.

Cerca de 31% dos respondentes dizem ter um empréstimo. À medida que o rendimento mensal líquido aumenta, aumenta igualmente a existência de empréstimos: os respondentes com rendimentos mais baixos são aqueles que menos empréstimos contraem. Verifica-se nos mais jovens um maior recurso a este tipo de dívida.

O valor dos empréstimos contraídos, pode analisar-se a sua distribuição no gráfico seguinte.

Gráfico 2- Valor dos empréstimos contraídos



São os inquiridos que dispõem de um maior rendimento mensal líquido que tendencialmente contraem empréstimos de maior valor; constata-se uma relação inversa entre a idade dos

respondentes e o valor emprestado, i.e., quanto mais velhos os inquiridos, menor o valor dos empréstimos.

Entre os respondentes que têm empréstimos, cerca de 41% dizem pagar sempre as mensalidades dos empréstimos e 54% dizem conseguir pagar as mensalidades às vezes. Os inquiridos que possuem maiores rendimentos apresentam uma maior capacidade de pagamento dos empréstimos: não há entre os respondentes com rendimento acima dos 500€ casos de empréstimos que fiquem por pagar. Pelo contrário, 56% dos inquiridos que nunca conseguem pagar os empréstimos têm rendimentos abaixo dos 250€.

Gráfico 3- Capacidade de pagamento do empréstimo por rendimento mensal

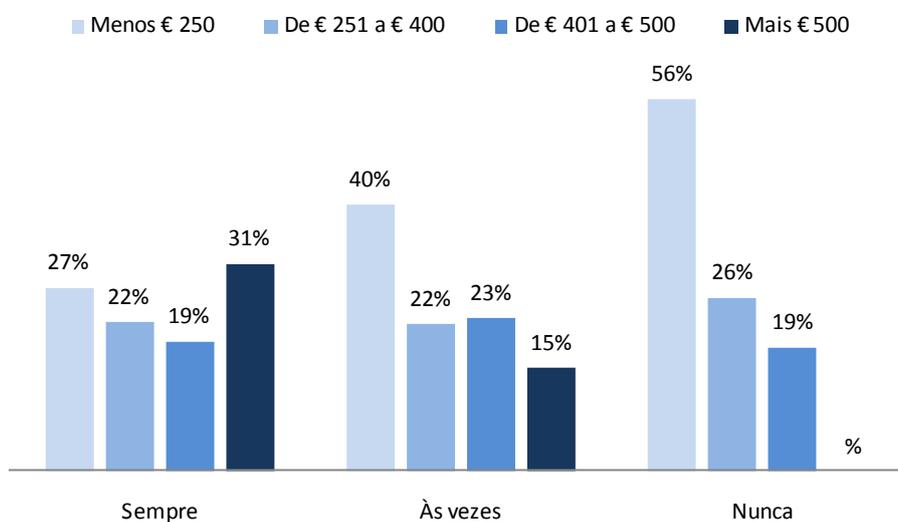
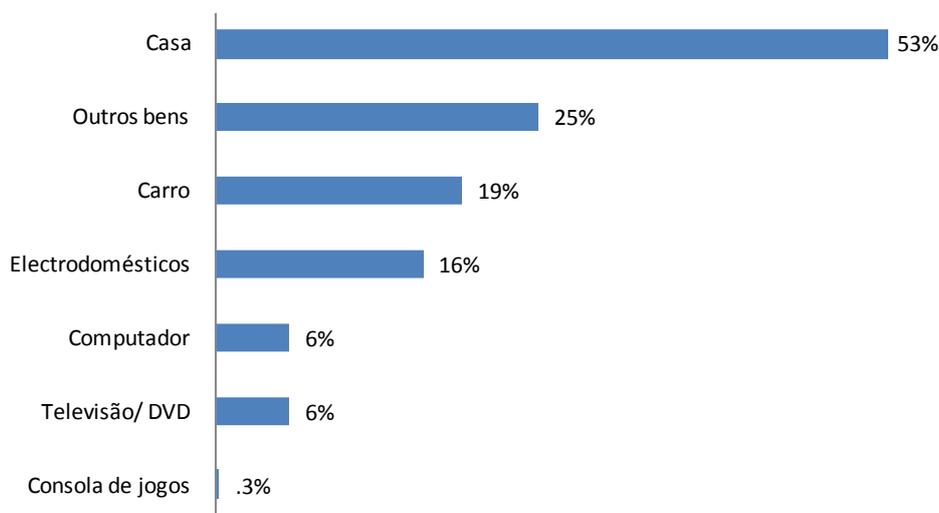


Gráfico 4 – Bens comprados com recurso a empréstimo



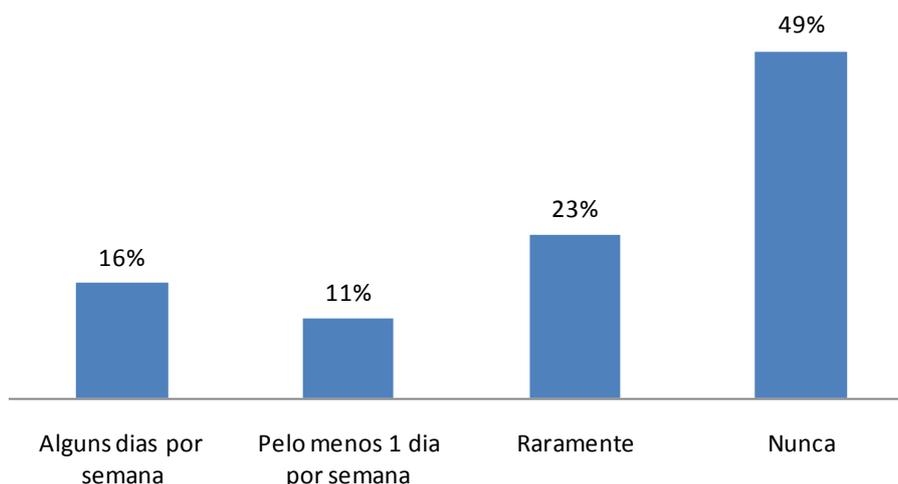
Os idosos foram questionados sobre se o rendimento por eles auferido era suficiente para viver, em que 41.7% dos inquiridos refere que sim e 39.7% refere que não, por ter de comprar muitos medicamentos.

Acesso a bens e serviços

Alimentação

Cerca de metade da amostra (49%) diz nunca ter tido falta de alimentos e 16% de respondentes que disse ter tido falta de alimentos alguns dias por semana.

Gráfico 5 - Teve falta de alimentos (nos últimos 3 meses)?



Aqueles que mais dizem ter sentido falta de alimentos são os inquiridos que dizem receber ajuda alimentar (seja sob a forma de refeições, seja sob a forma de cabaz de alimentos. Quanto maior o rendimento disponível menos se faz sentir a falta de alimentos.

Cerca de 27% dos inquiridos mencionaram estar um dia inteiro sem comer muitas vezes ou uma vez ou outra. São os indivíduos que dispõem de maiores rendimentos aqueles que menos ficaram um dia inteiro sem comer. 20% diz não ter comida até ao final do mês, 32% diz que tal acontece às vezes e 49% diz ter *sempre* comida até ao fim do mês. Uma vez mais, o rendimento dos inquiridos é determinante para a existência de alimentos: são os indivíduos com menores rendimentos aqueles que mais afirmam não ter comida até ao final do mês.

44% dos inquiridos têm sempre os alimentos que necessitam. Entre as razões pelas quais os 56% de inquiridos declararam não ter os alimentos que necessitam a falta de dinheiro assume-se como a principal razão (93%).

Construiu-se um índice de carências alimentares, que varia entre zero (quando não existe qualquer carência, ou seja, os indivíduos não sentiram falta de alimentos em quaisquer condições) e oito (quando há uma carência máxima, ou seja, os inquiridos tiveram falta de alimentos alguns dias por semana, estiveram muitas vezes sem comer um dia inteiro no último ano, não têm comida até ao fim do mês e não têm sempre os alimentos de que necessitam). O valor médio deste índice é 2.6 e a mediana 2, o que de alguma forma indicia baixas carências alimentares, provando, uma vez mais, a importância que este tipo de bens tem para os indivíduos (33% não apresenta qualquer carência (valor 0) e 25% tem um índice de carência alimentar superior ou igual a 5).

Habitação

A grande maioria dos inquiridos vive numa casa ou num andar/ apartamento (cerca de 86% no total). Entre os inquiridos que vivem *num local seu*, 39% vive em casa própria e 34% em casa arrendada; cerca de 17% vive em habitação de tipo social (com ou sem renda). O tipo de propriedade encontra-se relacionado com o rendimento mensal disponível dos indivíduos: os respondentes que dispõem de menos de 250€ por mês (líquidos) habitam menos em casa própria, relativamente aos outros tipos de propriedade.

A grande maioria dos respondentes vive em casas com electricidade (98%) e água canalizada (97%). Apenas uma pequena minoria tem água (12.3%) ou electricidade (4.5%) puxadas. O investimento em aquecimento ou aquecedores é um símbolo de conforto habitacional: apenas 27% diz possuir este bem. Cerca de 85% diz ter cozinha completa e valor igual é encontrado para a existência de casa de banho completa.

Foi construído um índice de condições de habitabilidade que varia entre zero (extremo negativo, quando a casa não tem quaisquer condições de habitabilidade: não tem água, electricidade, esgotos, aquecimento, cozinha e casa de banho) e oito (extremo positivo, quando a habitação possui todas as condições de habitabilidade consideradas: água canalizada, electricidade, esgotos, aquecimento ou aquecedores, cozinha e casa de banho completas). O valor médio deste índice é 6.6, o que demonstra que os indivíduos inquiridos dispõem das condições mínimas de habitabilidade.

Saúde

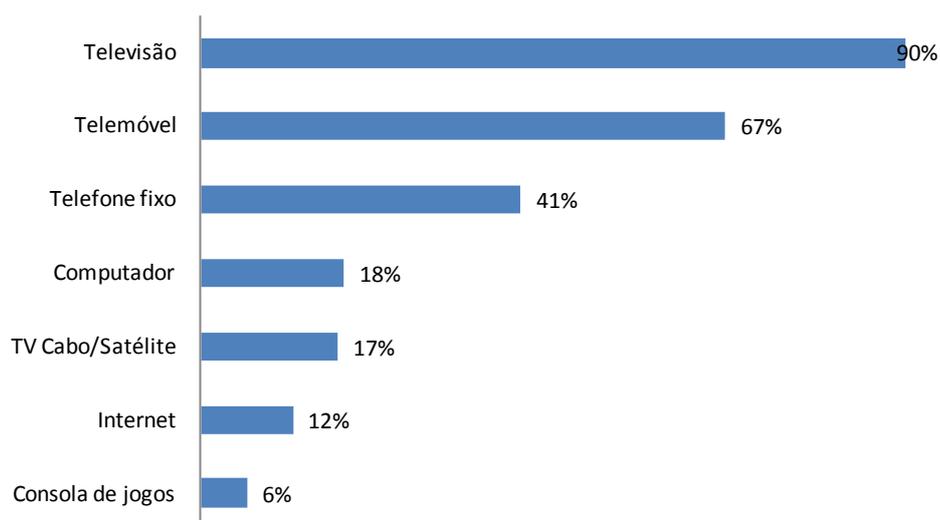
O médico de família foi procurado por 77% dos indivíduos inquiridos. Cerca de 42% diz ter recorrido a hospitais. O médico especialista foi procurado por 39% dos inquiridos. No caso específico destas consultas, 88% dos indivíduos recorreram ao Sistema Nacional de Saúde e 16% ao serviço privado (os inquiridos com maior rendimento mensal disponível (superior a 500€) recorrem mais à consulta privada).

A maioria dos inquiridos diz comprar sempre os medicamentos receitados pelo médico (58%); 40% dizem comprar os medicamentos apenas quando têm dinheiro (27%) ou somente aqueles que são mais baratos (13%).

Os indivíduos que dispõem de menor rendimento (o escalão até 250€) são aqueles que compram menos os medicamentos receitados pelo médico. São os respondentes mais velhos (idosos com mais de 65 anos) os que maioritariamente estão mais disponíveis para comprar os medicamentos receitados pelo médico (59%). Os restantes (jovens, jovens adultos e adultos) compram os medicamentos mais baratos ou quando têm dinheiro.

Outros indicadores

Gráfico 6 – Bens diversos propriedade dos respondentes



A televisão é o bem que a grande maioria dos respondentes disse possuir, seguido do telemóvel. A televisão assume-se como o bem mais igualitário, ou seja, independentemente do escalão de

rendimento, a posse de televisão é muito idêntica entre os inquiridos. Já no que toca aos restantes bens, é notória a influência do rendimento: a posse de bens vai aumentando consoante aumenta o nível de rendimento. Os indivíduos mais escolarizados são aqueles que têm um maior acesso às tecnologias.

Foi construído um índice aditivo, que varia entre zero (quando não se possui qualquer destes bens) e oito (quando se possui a totalidade dos bens), sendo a sua média 2.5. Ou seja, em média, os respondentes possuem três dos bens considerados.

Na análise de algumas actividades lúdicas desenvolvidas pelos respondentes, destaca-se a visita a familiares e amigos noutras zonas do país com 63% dos casos. 38% come em restaurantes pelo menos uma vez por mês, e 33% passa férias fora de casa. São inquiridos com maior rendimento disponível quem mais pratica as actividades em análise.

Em jeito de conclusão:

- Cerca de metade dos inquiridos fica com menos de de 250€ para viver por mês;
- Rendimentos mais baixos, estão associados a uma baixa escolaridade e idades mais elevadas;
- Para metade dos inquiridos, o seu rendimento mensal provém também de subsídios sociais; enquanto para 1/5 provém do trabalho.
- As maiores despesas dos inquiridos são com a alimentação e a casa;
- Aproximadamente 1/3 dos inquiridos possuem empréstimos, maioritariamente para a casa;
- Mais de 1/4 dos inquiridos diz ter sentido falta de alimentos alguns dias por semana ou pelo menos um dia por semana;
- 93% dos inquiridos que não possuem sempre os alimentos que necessitam, dizem ser por falta de dinheiro;
- Em média, os indivíduos possuem condições razoáveis de habitabilidade, e estas condições aumentam com o aumento do rendimento mensal do agregado;
- 40% dos inquiridos refere comprar medicamentos quando tem dinheiro ou comprar apenas os mais baratos.

Estrutura familiar

Neste estudo, não podendo nunca esquecer da presença elevada dos idosos na nossa amostra, pode verificar-se que, em média, os agregados familiares são constituídos por 2.89 indivíduos. Em média, o escalão etário onde se encontram maiores agregados familiares é o escalão dos jovens adultos entre os 31 e os 40 anos, cujo valor médio é de 4.32 indivíduos. Entre os jovens dos 18 aos 30 anos, a média de membros do agregado familiar é de 3.91 indivíduos e entre os adultos dos 41 aos 65 anos é de 3.16. Quanto ao escalão dos idosos, o número médio de membros é de 2 indivíduos.

Em 28.8% das famílias dos respondentes, pertence ao agregado pelo menos uma criança com idade inferior a 12 anos, sendo que, em média, aquelas famílias possuem 1.87 crianças destas idades. Em 36.9% das famílias dos respondentes existe pelo menos um idoso com idade superior a 65 anos, havendo nestes agregados, em média, 1.25 idosos.

Relações com a família e amigos: A sua importância e regularidade

A maioria dos inquiridos (57%) considera que o contacto com a família e amigos é muito importante e 33% importante, enquanto que apenas 10% dos inquiridos considera que falar regularmente com familiares e amigos é pouco ou nada importante.

A percentagem de pessoas que raramente contacta com os familiares (21%) é menor em relação aos outros graus de regularidade, podendo verificar-se que grande parte dos indivíduos contacta com os seus familiares, amigos e vizinhos todos os dias (43%) ou quase todos os dias (34%). A um aumento da atribuição de importância ao contacto com os familiares e amigos está associado um aumento da regularidade do contacto.

As causas para os sujeitos não passarem mais tempo com os seus familiares e amigos estão apresentadas no gráfico seguinte.

Existe um grande número de sujeitos (40%) que refere a falta de tempo dos familiares e dos amigos para os próprios, sendo esta a causa que, entre as várias possíveis, demonstra um maior isolamento social, que não é por vontade própria. Os factores económicos revelam-se também importantes, sendo referidos por 31% dos respondentes.

Gráfico 7- Causas para não contactar mais a família e amigos



Importância do contacto com família e amigos

Em todos os grupos etários, os indivíduos consideram maioritariamente que é muito importante contactarem regularmente a família e amigos (mais de 50%). No entanto, é o grupo etário dos idosos que, em relação aos outros escalões etários, apresenta uma maior percentagem de indivíduos que considera os contactos regulares com a família muito importantes (62%).

À medida que a importância atribuída ao contacto com a família e amigos vai aumentando, a percentagem de indivíduos com uma maior escolaridade aumenta (de 2% para 7%) e a percentagem de indivíduos com menor escolaridade diminui (de 38% para 34%).

Há uma elevada percentagem de indivíduos com um baixo rendimento económico (61%) entre aqueles que não atribuem qualquer importância ao contacto em relação aos restantes indivíduos com outra opinião.

Regularidade do contacto com família, amigos e vizinhos

Foi encontrada uma associação entre a regularidade do contacto com família, amigos e vizinhos e a idade dos indivíduos: os utentes entre os 31 e os 65 anos contactam menos vezes a sua família, amigos e vizinhos, enquanto os jovens e os idosos são os que mais contactam com estes.

Entre as razões indicadas para que os indivíduos não estejam mais vezes com a sua família ou amigos, a diferença mais notória é precisamente naqueles que apontam como causa o facto de não

poderem sair de casa, sendo que as pessoas que a apresentam maioritariamente são os idosos (85%). O grupo dos idosos também é aquele que está mais presente no grupo de respondentes que atribui como causa para não estar mais vezes com os familiares o facto de os próprios familiares não terem tempo para eles (62%), existindo aproximadamente 40% de jovens e adultos que também a referenciam.

Vive sozinho

28% da amostra inquirida vive sozinho: destes, 74% são idosos e 24% são adultos entre os 41 e os 65 anos. As pessoas mais novas vivem com o seu agregado familiar ou com amigos, mostrando que apenas os mais velhos têm esta situação que lhes agrava o sentimento de solidão.

Os idosos foram questionados sobre com quem passavam o seu dia-a-dia: 31% refere passar o seu dia-a-dia sozinho, 29% com familiares, 28% com vizinhos e amigos e 23% com pessoas do centro de dia e/ou lar.

Entreajuda

Questionados sobre a quem recorreriam em caso de necessidade, 62% dos respondentes afirma recorrer à própria família, amigos ou vizinhos quando necessita de ajuda, enquanto 28% diz recorrer a instituições de solidariedade social, à Igreja e à Junta de Freguesia. 10% refere não pedir ajuda a ninguém. A importância que os indivíduos atribuem ao contacto com a família parece ter um papel relevante no que diz respeito ao sentimento de confiança que sentem para com estas pessoas, ao ponto de poderem contar com elas para serem apoiados ou não: Entre aqueles que contam com a sua família, amigos e vizinhos em caso de necessidade, estão principalmente aqueles que consideram muito importante a regularidade do contacto com eles.

Relativamente ao apoio efectivo que os respondentes com filhos menores têm quando estes ficam doentes ou estão de férias, é a ajuda familiar com quem contam mais (35% e 36%, respectivamente). No entanto, em ambos os casos, são os próprios respondentes que asseguram estes problemas (58% e 43%, respectivamente).

Em conclusão, pode dizer-se que:

- A família é ainda um ponto de apoio para as pessoas mais carenciadas: não só a grande maioria destas atribui muita importância aos contactos que mantém com a família e amigos, como também a maioria mantém este contacto com bastante regularidade.
- Em momentos em que necessitam de ajuda, preferencialmente é à família ou amigos a quem recorrem, e é de facto este grupo de pessoas próximas que apoia a família em momento de necessidade.
- Os idosos são o grupo que atribui maior importância à família e que refere com maior evidência que a causa para não estar mais vezes com esta é o facto de não poder sair e de os familiares não terem tempo para eles, o que demonstra que será o grupo mais socialmente isolado.

Sentimento de Pobreza e Persistência da Pobreza

72% dos inquiridos sentem-se pobres. São os inquiridos entre os 31 e os 65 anos que se sentem mais pobres. 64% dos que referem não se sentir pobres são idosos. Entre aqueles que referem sentir-se pobres, 54% recebem menos de 250€. Entre os que não se sentem pobres, os utentes auferem melhores rendimentos do que aqueles que dizem que são pobres. Aqueles que têm maior escolaridade sentem-se menos pobres do que aqueles com menor instrução. Aqueles que se sentem pobres possuem um agregado familiar de maior dimensão do que aqueles que não se sentem.

Apenas 17% dos inquiridos respondem que nunca foram pobres, enquanto 54% refere que a sua família sempre foi pobre; 29% refere já ter passado por situações semelhantes àquela que está a passar de momento. Entre aqueles que referem que a sua família sempre foi pobre, 85% dos respondentes refere que ainda se sente pobre, enquanto que entre aqueles que referem que nunca foram pobres, 59% continua a não se considerar pobre. 41% dos indivíduos que nunca foram pobres, agora consideram-se como tal. Entre aqueles que nunca foram pobres, destaca-se o grupo dos idosos (58%).

Os indivíduos que nunca se sentiram pobres possuem um nível económico superior àqueles que já passaram situações semelhantes às quais estão actualmente a passar, e ainda mais superior do que aqueles que referem que a família sempre foi pobre. Apenas 25% dos sujeitos com maiores qualificações académicas refere que a família sempre foi pobre, nos outros níveis de escolaridade considerados, a percentagem em que a família sempre foi pobre ultrapassa os 50%.

Os agregados dos indivíduos que nunca foram pobres são estatisticamente inferiores aos agregados quer daqueles que sempre foram pobres, quer daqueles que já passaram situações semelhantes.

Percepções das Causas da Pobreza

72% dos utentes considera que a culpa da sua pobreza é a própria sociedade, atribuindo a causas como o desemprego ou aos baixos rendimentos. De seguida, com 68%, responsabilizam o próprio destino, atribuindo a causas fatalistas como doença ou acidentes penalizadores na sua vida. Apenas 14% dos inquiridos se auto-culpabilizam pela sua situação desfavorecida. Entre aqueles que sempre se sentiram pobres, a percepção de que a causa da sua pobreza é o destino aumenta para o dobro em relação aos restantes indivíduos. Também dentro deste grupo, dos que sempre foram pobres, a percentagem de pessoas que se culpabiliza pela sua pobreza é superior, em relação aos outros grupos.

Nota-se que os indivíduos que não têm instrução atribuem à pobreza essencialmente causas associadas ao fatalismo e à culpa dos próprios pobres, enquanto que aqueles que têm mais instrução, no mínimo com 2º e 3º ciclos de ensino, atribuem essencialmente a causas relacionadas com a própria sociedade. Os inquiridos com rendimentos líquidos mensais mais baixos atribuem à sua pobreza sobretudo causas fatalistas, ao destino.

Representações Sociais da Pobreza

46% dos inquiridos associam o estado de pobreza à falta de recursos económicos, sejam eles a falta absoluta de dinheiro, a impossibilidade de pagar as suas contas da casa ou outras despesas ou a falta de poder de compra. A falta de dinheiro para comer é uma condição altamente referida pelos inquiridos com 23% de inquiridos a associar à pobreza esta condição social. Os restantes problemas associados à pobreza foram referidos por menos de 10% de inquiridos.

A grande diferença entre as representações sociais da pobreza daqueles que se sentem e dos que não se sentem pobres, é o facto dos indivíduos que se sentem pobres associarem à pobreza a falta de recursos económicos e a falta de comida, enquanto os sujeitos que não se sentem pobres associam aos vários problemas sociais de modo equilibrado. O mesmo acontece, quando se compara os indivíduos que afirmam que a sua família sempre foi pobre em relação aos outros dois grupos de indivíduos

Tabela 1 – Representações sociais da pobreza dos utentes

O que é para si ser pobre?	Percentagem de casos
Falta de recursos económicos	46.0%
Não ter dinheiro para comer	23.4%
Falta de saúde	8.7%
Infelicidade/Tristeza	8.7%
Más condições de habitação	6.4%
Preocupações com a Família	6.0%
Precisar de ajuda	5.6%
Não ter posses	5.3%
Sentir-se só	5.1%
Falta de qualidade de vida	4.6%
Não ter trabalho/ trabalho precário	4.3%
Viver com dificuldades	3.8%
Não poder ter extras	3.8%
Não ter dinheiro para dar de comer aos filhos	2.4%
Não ter o que vestir	1.3%
Não ter acesso à educação	1.2%
Não saber orientar a vida	1.2%
Discriminação Social	0.9%
Outros	0.8%
É o destino	0.8%
Instabilidade	0.6%
Falta de esperança	0.6%
Não poder ajudar os outros	0.5%
Desunião familiar	0.4%
Toxicodependência	0.2%
Total	143%

Em jeito de conclusão, podemos então dizer:

- A maioria dos respondentes consideram que a sua família sempre foi pobre;
- Entre os indivíduos que se sentem pobres destacam-se sobretudo aqueles que têm idades inferiores aos 65 anos, com rendimentos baixos e com escolaridade abaixo do Ensino Secundário e com um nº de membros no seu agregado familiar superior àqueles que não se sentem pobres.
- No grupo de pessoas cuja família sempre foi pobre, encontram-se sobretudo os indivíduos com níveis de rendimento muito baixos, sem instrução ou com a 4ª Classe, e abaixo dos 65 anos;

- No grupo dos que consideram que nunca foram pobres, os indivíduos têm, em média, um maior nível de escolaridade e melhores rendimentos.

Perfil dos utentes das instituições de solidariedade social

A sociedade em geral vê normalmente os pobres como uma categoria social homogénea. Contudo, apesar das comuns condições de precariedade, carências e sentimentos de exclusão social, a pobreza encerra uma grande variedade de situações.

Com o intuito de conhecer os diferentes tipos de utentes que frequentam e recorrem às instituições de solidariedade social, as suas características e as suas vivências, por forma a poder definir perfis de utentes e direccionar campanhas ou intervenções específicas para cada um destes grupos, realizou-se uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) e, com os resultados desta, procedeu-se a uma análise de segmentação, com alguns dos indicadores estudados. Desenham-se nesta análise três perfis distintos de utentes.

Grupo 1:

- Grupo em que os utentes passam maiores privações;
- Rendimentos muito baixos, inexistência de instrução e ausência de trabalho;
- Os adultos correspondem à categoria mais presente neste segmento, mas também existem idosos neste grupo;
- Condições médias ou mínimas na habitação;
- Maiores carências alimentares;
- Percepção do seu estado de saúde como mau ou muito mau;
- Não só se sentem actualmente pobres, mas referem que a sua família toda a vida foi pobre.

Grupo 2:

- Indivíduos não se consideram pobres nem que, alguma vez, o tenham sido;
- Formado essencialmente por idosos, não trabalhadores, cujos agregados familiares não têm crianças com idades inferiores a 12 anos;
- Baixo nível de instrução (sem instrução ou 4ª Classe), com rendimentos inferiores a 400€;
- Saúde é percebida como razoável;
- Não possuem quaisquer carências alimentares.

Grupo 3:

- Grupo mais jovem onde se encontram os indivíduos em idade activa;
- Trabalham, rendimentos são superiores a 400€;
- Grau de instrução superior ao 2º Ciclo;
- Apenas neste grupo se encontram indivíduos que contraíram empréstimos;
- Apesar de apresentar condições de vida aparentemente melhores, tem algumas carências alimentares;
- O único grupo cujos agregados familiares são também constituídos por crianças com idades inferiores a 12 anos;
- Percepção da sua saúde como boa ou muito boa;
- Fundamentalmente sentem-se pobres, referindo já ter passado por situações semelhantes no passado.

Figura 2- Representação dos perfis de utentes das instituições de solidariedade social

